

# NO RIO E NO MAR, PESCADORES NA LUTA<sup>1</sup>: A PESCA ARTESANAL NO ESTADO DA BAHIA, BRASIL. UM CENÁRIO DE CONTRADIÇÕES E RESISTÊNCIA

*“No rio e no mar, pescadores na luta”*: Artisanal Fishing in the State of Bahia, Brazil. A Scenario of Contradictions and Resistance

Kássia Aguiar Norberto Rios

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2944-0187>

Email: [kassiarior@ufrb.edu.br](mailto:kassiarior@ufrb.edu.br)

Recepción: 5 de febrero de 2019

Aprobación: 20 de junio de 2019



Resumo: Uma das temáticas que tem ganhado relevante destaque, nas últimas décadas, refere-se à luta das comunidades tradicionais pesqueiras pelo reconhecimento e efetivação dos seus direitos. Outro fator que também tem impulsionado esse destaque refere-se à forma com que o capital, através do Estado, empresas privadas (nacionais e internacionais) e/ou particulares, tem ocupado e degradado o espaço dessas comunidades, num ritmo cada vez mais crescente. A expulsão de famílias, a redução das áreas de pesca e a contaminação das águas, manguezais e pescados têm sido um conjunto de fenômenos observados em decorrência da expansão do modelo urbano-industrial nas zonas costeiras. Neste artigo, temos por objetivo caracterizar como se dá o desenvolvimento da pesca artesanal na Bahia e, com base nesses dados, compreender, por um lado, a importância da atividade para o estado e para as comunidades que a desenvolvem e, por outro, o cenário de resistência e contradições existentes, evidenciadas dentre outras formas, principalmente, nos conflitos que envolvem os territórios pesqueiros. Para tal, metodologicamente, buscamos através da realização de levantamentos estatísticos, documentais, cartográficos e pesquisa de campo, construir um banco de dados que nos permitiu identificar, analisar e espacializar, através de mapas temáticos, a distribuição quantitativa da pesca artesanal no estado, suas formas de organização, as áreas de disputas territoriais, dentre outros aspectos aqui apresentados. Tais etapas nos levaram à compreensão do cenário de contradições e resistências que envolvem tal atividade no estado.

Palavras-chave: pesca artesanal, territórios pesqueiros, contradições, conflitos, resistência.

Abstract: One of the themes that has gained prominence in recent decades is the struggle of traditional fishing communities for the recognition and enforcement of their rights. Another factor that has also driven this highlight is the way in which capital, through the State and/or private companies (national and international), has occupied and degraded the space of these communities at an

---

<sup>1</sup> Trecho retirado do “grito da pesca artesanal”, criado pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

increasing pace. The expulsion of families, the reduction of fishing areas and the contamination of waters, mangroves, and fish has been observed due to the expansion of the urban-industrial model in the coastal zones. In this article, we aim to characterize the development of artisanal fisheries in Bahia and, based on these data, to understand, on the one hand, the importance of the activity for the state and for the communities that develop it, and, on the other hand, the scenario of resistance and existing contradictions, mainly in the form of conflicts that involve fishing territories. Methodologically, we searched through statistical surveys, documentary, cartographic, and field research, and built a database that allowed us to identify, analyze, and spatialize, through thematic maps, the quantitative distribution of artisanal fishing in the state, its forms of organization, and areas of territorial disputes, among other aspects. These steps led us to understand the scenario of contradictions and resistances that involve such activity in the state.

Keywords: artisanal fishing, fisheries, contradictions, conflicts, resistance.

## INTRODUÇÃO

O estado da Bahia, localizado na região Nordeste do território brasileiro possui, de acordo com os dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o total de 14.016.906 milhões de habitantes distribuídos em uma área de 564.830,859 km<sup>2</sup>, em 417 municípios. Caracterizado por sua extensa área litorânea e densa rede hidrográfica, o estado se destaca dentre outras atividades, pelo desenvolvimento da atividade pesqueira – em especial, a pesca extrativa–, e pela presença de mais de 600 comunidades pesqueiras identificadas, sejam estas litorâneas ou ribeirinhas (MPA, 2015; MPP, 2015).

O litoral baiano – aproximadamente 1.181 km – é considerado rico em estoques pesqueiros e “abriga importantes estuários ao longo de 40 bacias hidrográficas e quase 100.000 hectares de manguezais” (Ramos, 2002: 11). A destacar, a Baía de Todos os Santos (BTS) e a Baía de Camamu, com presença significativa desse ecossistema. De acordo com Souto (2004: 25), “a costa da Bahia possui numerosos estuários, cujas bordas caracterizam-se pela presença de mangues arbóreos que permitem a concentração de numerosas espécies animais utilizáveis na alimentação, adquirindo, portanto, grande relevância socioeconômica”. Os estuários são considerados como, “zonas de transição entre os ambientes de água doce e marinha [...] O manguezal constitui um dos ecossistemas costeiros que ocorre na região do estuário, característico de regiões tropicais e subtropicais” (Queiroz, Celino, 2008: 39). Outra característica física do Estado apontada anteriormente, é a sua densa rede hidrográfica, também rica em estoques pesqueiros e na qual destacam-se, dentre outros, os rios São Francisco e Paraguaçu. Ambos, carregam importante significado social, econômico, cultural e ambiental para o estado, em especial, para as comunidades ribeirinhas, em

sua maioria constituídas tendo como principal base econômica o desenvolvimento da pesca artesanal e da mariscagem.

Presente no estado desde períodos datados antes da época colonial, a prática da pesca artesanal feita pelos indígenas, como atividade de subsistência, marca historicamente as raízes de uma cultura marítima e ribeirinha, que com o passar do tempo foi se aperfeiçoando e tornando a base exclusiva que possibilitou/possibilita a reprodução de inúmeras gerações (Silva, 1988). Dentre as inúmeras histórias passadas de geração a geração aos pescadores, os mais antigos contam que, desde os nativos – os índios, primeiros habitantes da região –, a maré sempre foi uma grande fonte de recursos, na qual era possível tirar do mar e do mangue o necessário para sobreviver.

Segundo os pescadores mais antigos, a dificuldade de acesso/permanência nas terras baianas, devido à alta concentração fundiária nas mãos dos latifundiários, em especial nas áreas mais próximas ao litoral – ocupadas no decorrer do processo de formação territorial do estado com o cultivo da cana-de-açúcar no Recôncavo, do cacau do sul do estado, por exemplo –, levou inúmeras famílias baianas a encontrarem no mangue e na maré a sua forma de sobrevivência, construindo assim povoados e vilas que se caracterizam por possuir um modo de vida tradicional a sobreviver diretamente da prática da pesca artesanal.

Na Bahia, a prática da pesca artesanal também foi a solução encontrada por um grande número de ex-escravos baianos para não retornar à dependência dos senhores dos engenhos, após a sua libertação. Eles, “preferiam se embrenhar na lama a serem cativos de branco, novamente” (Depoimento pescador – MPP/Bahia). Assim, é também da população ex-escrava dos engenhos baianos que surgiram algumas comunidades pesqueiras, tirando grande parte de seu sustento da maré, do manguezal e das baías existentes, configurando um modo específico de viver e produzir.

As comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia, “possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são passadas através da oralidade, de geração para geração” (MPP, 2012: 4). A relação de apropriação desenvolvida pelos pescadores artesanais com a natureza é caracterizada por extremos laços de identidade, pertencimento e principalmente, respeito onde são desenvolvidos valores simbólicos e materiais que asseguram o seu modo de vida tradicional. E, por vez, asseguram características específicas aos territórios pesqueiros.

Considerado o quarto maior produtor de pescado do país, com um montante superior a 102 mil toneladas, no ano de 2011, o estado da Bahia possui, de

acordo com os dados do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), cerca de 131 mil pescadores que se dedicam ao desenvolvimento da pesca artesanal (MPA, 2015).

Com base produtiva principalmente familiar, a captura realizada na pesca artesanal visa principalmente à comercialização como forma de obter/garantir os recursos necessários à sobrevivência das inúmeras famílias que compõem as mais de 600 comunidades tradicionais pesqueiras identificadas no estado (Figura 1). Estas que têm na pesca a sua principal, e muitas vezes única, fonte de renda.

Todavia, mesmo com toda sua importância, o que tem se observado no estado são essas comunidades num processo cotidiano de luta e resistência contra a invisibilidade histórica que as caracteriza e que, de certa forma, tem evidenciado as contradições existentes e influenciado direta/indiretamente no surgimento das inúmeras disputas territoriais e conflitos que as envolvem. Os pescadores baianos têm buscado, no decorrer do tempo, manter viva a cultura, a identidade, o respeito, os laços de pertencimento – a tradicionalidade – que caracterizam o seu modo de vida.

É nesse contexto que objetiva-se, no presente artigo, caracterizar como se dá o desenvolvimento da pesca artesanal na Bahia e, com base nesses dados, compreender, por um lado, a importância da atividade para o estado e para as comunidades que a desenvolvem e, por outro, o cenário de resistência e contradições existentes, evidenciadas dentre outras formas, principalmente, nos conflitos que envolvem os territórios pesqueiros.

Para tal, metodologicamente, buscamos através da realização de levantamentos estatísticos, documentais, cartográficos e pesquisa de campo, construir um banco de dados que nos permitiu identificar, analisar e espacializar, através de mapas temáticos sobre a distribuição quantitativa da pesca artesanal no estado, suas formas de organização, as áreas de disputas territoriais, dentre outros aspectos aqui apresentados. Tais etapas nos levaram à compreensão do cenário de contradições e resistências que envolvem tal atividade no estado.

#### A PESCA E OS PESCADORES ARTESANAIS BAIANOS: IMPORTÂNCIA, ESPACIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

O estado da Bahia, de acordo com os dados do extinto MPA, obteve no ano de 2011, uma produção superior a 102 mil toneladas de pescado. Tal quantitativo lhe atribuiu o título de quarto maior produtor de pescado do país – logo após os estados de Santa Catarina, Pará, Maranhão – e o segundo lugar na Região

Nordeste, maior região produtora de pescado do país. Sua produção advém principalmente da pesca extrativa que representa cerca de 81% da produção total, enquanto a aquicultura ocupa somente 19% (Tabela 1). O desenvolvimento da pesca extrativa na Bahia envolve especificamente as atividades da mariscagem, voltada à captura de mariscos, caranguejos, siris, dentre outros e da pesca embarcada nos rios e mares que envolve a captura de peixes, camarões, lagosta, etc. Já a aquicultura, destaca-se pelo desenvolvimento da carcinicultura (marinha) e da produção de tilápia e em menores proporções de tambaqui (Bahia Pesca, 2013; MPA, 2013).

Na Tabela 1, podemos observar a distribuição da produção pesqueira baiana, no ano de 2011, por classificação (ambiente de desenvolvimento) e categoria (pesca extrativa ou aquicultura).

TABELA 1. PRODUÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA NO ESTADO DA BAHIA EM 2011

| CLASSIFICAÇÃO    | CATEGORIA          |                  |
|------------------|--------------------|------------------|
|                  | PESCA EXTRATIVA(t) | AQUICULTURA (t)  |
| Marinha          | 59.293,00          | 4.547,70         |
| Continental      | 17.508,40          | 20.703,60        |
| <b>TOTAL (t)</b> | <b>76.801,40</b>   | <b>25.251,30</b> |

Fonte: MPA, 2012.

Como não há registro de pescadores industriais no litoral do Estado, a produção da pesca extrativa marinha é especificamente artesanal. Tal fato, ocorre “devido às características da plataforma continental que possui uma faixa de litoral bastante estreita e de fundo rochoso, aliado à baixa produtividade primária da água” (Bahia Pesca, 2015).

De acordo com a estatística pesqueira disponibilizada pela extinta Superintendência Estadual de Pesca e Aquicultura da Bahia, referente ao ano de 2015, o estado possui, atualmente, o quantitativo de 130.641 mil pescadores artesanais cadastrados no RGP, distribuídos em 222 municípios. No que tange à distribuição por gênero, o estado se destaca com 55,8% dos cadastros existentes no RGP/BA sendo do sexo feminino e 44,2% do sexo masculino. Trata-se de mulheres que se dedicam à atividade da mariscagem e também à pesca embarcada. Por ser uma atividade com base produtiva familiar, passada de geração a geração, muitas mulheres aprendem ainda cedo, acompanhando suas mães, os conhecimentos sobre “a maré”. Assim como também, os homens aprendem desde cedo, acompanhando seus pais, os segredos de “uma boa pescaria”.

Do total apresentado, apenas três cadastros estão vinculados à categoria de pescadores profissionais industriais. Para o MPA, apesar desses pescadores possuírem tal vinculação, não desenvolvem na prática os requisitos (embarcação, artes de pesca, volume de captura) que configuram uma pesca de porte industrial, reforçando a especificidade da pesca artesanal no estado (MPA, 2014). É nesse viés, que os pescadores artesanais integram as comunidades tradicionais, enquanto um grupo social, que se reproduz de maneira diferenciada dentro do modo de produção capitalista e assegura a reprodução do seu modo de vida através da prática da pesca artesanal.

Só no litoral, existem cerca de 472 comunidades tradicionais pesqueiras, distribuídas em 44 municípios, agrupados em cinco setores de pesca: Litoral Norte, Baía de Todos os Santos/Recôncavo, Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul (Figura 1). No que se referem às comunidades ribeirinhas, os dados apontam a existência de aproximadamente 130 comunidades identificadas, com registro de pescadores oriundos de cerca de 80 municípios, localizados próximos à rede hidrográfica do estado, em especial aos rios São Francisco e Paraguaçu (MPA, 2015; MPP, 2015). Os dados apresentados revelam e reforçam a importância socioeconômica da atividade para o Estado e para as inúmeras comunidades que tem na pesca a sua principal e, muitas vezes única, fonte de renda (Figura 1).

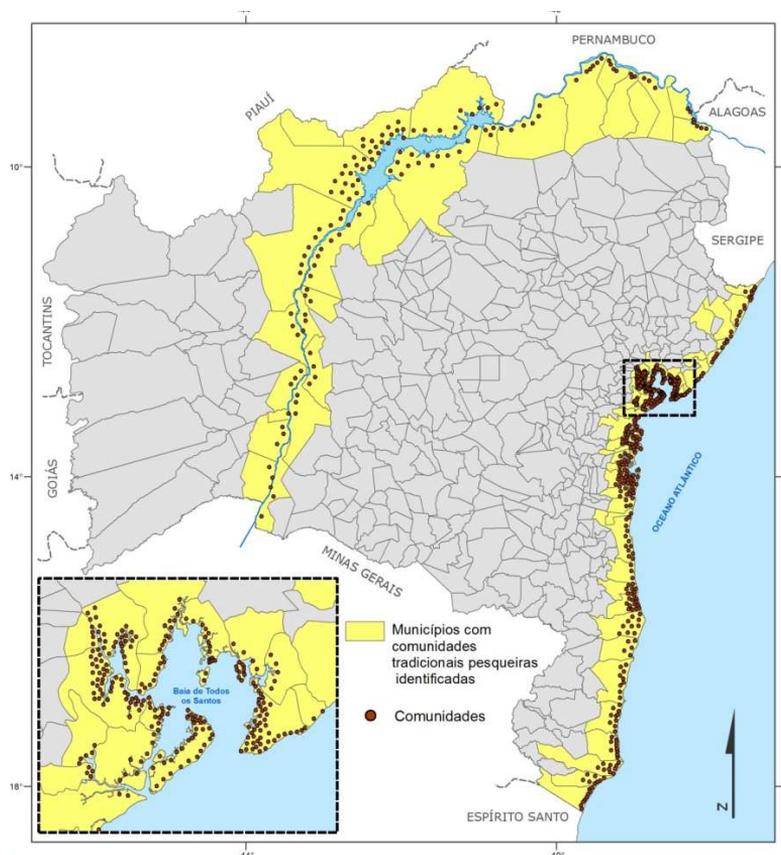
As comunidades tradicionais possuem características comuns que lhe atribuem o conceito de tradicional, mesmo que estas não sejam idênticas. Possuem uma forma diferenciada de se relacionar com a natureza, nutrida por laços de identificação, respeito e pertencimento (Diegues, 1983; Maldonado, 1986).

As comunidades tradicionais pesqueiras da Bahia, “possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são passadas através da oralidade, de geração para geração” (MPP, 2012: 4). A relação de apropriação desenvolvida por essas comunidades com a natureza é caracterizada por extremos laços de identidade, conhecimento e, principalmente, respeito, através dos quais são desenvolvidos valores simbólicos e materiais que asseguram o seu modo de vida tradicional e caracterizam suas territorialidades.

Ao tratar destas territorialidades é importante sublinhar a multiplicidade de espaços apropriados pelos pescadores (as) para o desenvolvimento de suas atividades: “áreas de pesca e coleta, de plantio, de moradia, os locais de embarque, os locais sagrados [...] e todos os espaços necessários à reprodução física e cultural do grupo” (MPP, 2013a: 19). A pesca artesanal “é uma atividade hu-

mana que representa uma modalidade específica de uso do espaço (Cardoso, 2003: 119) e sua especificidade reside, justamente, na articulação dos espaços aquáticos e terrestres, estes que por vez conformam o território pesqueiro.

FIGURA 1 – MAPA DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS IDENTIFICADAS NO LITORAL BAIANO E NO CURSO DO RIO SÃO FRANCISCO, 2016



Fonte: MPP, 2016; CPP, 2016.

Partimos do pressuposto de que as territorialidades desenvolvidas pelos pescadores artesanais são entendidas enquanto uma prática social que ocorre sob uma base espacial, composta por distintos ambientes e significados. O território pesqueiro, portanto, deve ser compreendido como uma articulação de vários territórios – materiais e imateriais – cujos pescadores necessitam do livre acesso e das condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades de pesca e de vida.

FIGURA 2. PESCA ARTESANAL NO ESTADO DA BAHIA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

Entretanto, o que tem se observado, nas últimas décadas, são constantes denúncias realizadas pelos pescadores (as), sobre a “perda e/ou proibição” de acesso e uso de suas áreas de pesca e moradia; a contaminação química dos ecossistemas; a retirada da vegetação de mangue, entre outros. Os territórios pesqueiros têm sido frequentemente ocupados/expropriados/modificados em decorrência da inserção de empreendimentos industriais. Essa tem sido uma das principais causas das disputas e conflitos territoriais, vivenciados pelas comunidades tradicionais pesqueiras do estado da Bahia.

#### DAS CONTRADIÇÕES AOS CONFLITOS E A RESISTÊNCIA

Uma das temáticas que tem ganhado relevante destaque, nas últimas décadas, no cenário nacional, refere-se aos constantes conflitos envolvendo comunidades tradicionais. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o número de conflitos (com fazendeiros, empresários, poder público, grileiros, mineradora, hidroelétrica etc.) existentes no campo é preocupante, principalmente, porque mais de 60% destes envolvem diretamente comunidades tradicionais (CPT, 2014).

Outro dado importante refere-se aos conflitos pela água que, segundo a CPT, aumentaram de forma vertiginosa. “Os conflitos pela água estão relacionados às disputas pelo território, onde o capital sempre quer tornar privados os espaços comuns do povo e, principalmente, os das comunidades tradicionais que vivem em torno da natureza e das águas” (Pacheco, 2013: 98).

No ano de 2013, foram identificados mais de 100 conflitos pela água (barragens e hidrelétricas, mineradoras, poluição e apropriação privada), envolvendo mais de 31 mil famílias. A destacar na escala regional, a região Nordeste com 43,26% dos conflitos existentes e, na escala estadual, o estado da Bahia

com 25,96% das ocorrências, o maior percentual de conflitos pela água do país, seguido do estado do Pará, com 16,35% (Pacheco, 2013).

No estado da Bahia, esses conflitos envolvem, conforme citado, pelo menos 600 comunidades tradicionais que sobrevivem direta/diretamente da pesca artesanal. Observa-se que os conflitos pelo uso/apropriação/controlado dos territórios pesqueiros têm se intensificado e diversificado, a cada ano, de forma vertiginosa (CPP, 2016). Nas últimas décadas, a luta na/pela terra e água tem sido cotidiana e “contra” os diversos segmentos: Estado, empresas privadas, organizações nacionais e/ou internacionais.

Denunciamos a expansão do agronegócio, através das monoculturas do eucalipto, fruticultura irrigada, cana-de-açúcar etc., e hidronegócio, através da carcinicultura, e da atividade mineral, bem como a transformação da água, bem essencial e direito humano fundamental, em recurso econômico e privado. Esses empreendimentos são fomentados por investimentos públicos, que tem intensificado a concentração fundiária, a superexploração dos(as) trabalhadores(as) e dos recursos naturais (água, terra, ar, minérios, florestas etc.), bem como a sua degradação, a violência física e simbólica promovida contra camponeses e camponesas, e, sobretudo, o comprometimento da soberania alimentar da população brasileira (MPP, *et al.*, 2013).

No mesmo sentido, segue outra carta:

Nós pescadores e pescadoras artesanais vimos por meio desta expressar a toda a sociedade brasileira nosso repúdio à violação que vem ocorrendo em nossos territórios tradicionais pesqueiros. Nos últimos anos a pesca artesanal vem sendo negada e invisibilizada pelo MPA numa perspectiva de desvalorização das comunidades tradicionais pesqueiras, caracterizada pela ausência de uma política de fomento e revitalização da pesca artesanal associada à criminalização dos pescadores e pescadoras. O discurso e as ações do MPA estão voltadas para o Hidronegócio, no início a carcinicultura a agora a cessão de águas para desenvolver projetos de maricultura e piscicultura para cultivar de forma insustentável e a partir do uso de rações com grande quantidade de hormônios, do uso de agrotóxicos (antibióticos, fungicidas, etc.) e da privatização dos corpos d’águas (Trecho da carta do MPP, 2013b).

Os trechos apresentados denunciam, além de alguns conflitos existentes, a forma com que estes “impactam” diretamente no desenvolvimento da pesca artesanal. Em pesquisa publicada, no ano de 2016, no Relatório “Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras do Brasil”, foram mapeadas mais de 161 mil famílias, distribuídas em 150 comunidades tradicionais pesqueiras, localizadas em 13 estados brasileiros que vivenciam cotidianamente inúmeros conflitos territoriais. No estado da Bahia, foram identificadas 28 comunidades tradicionais pesqueiras com mais de 31 mil famílias que vivenciam diversos conflitos territoriais, muitos deles desde a década de 1970. Ex.: Comunidade Rio dos Macacos, São Roque do Paraguaçu, Santiago do Iguape, Conceição de Salinas e Acupe (CPP, 2016).

No Quadro 1, pontuamos os principais conflitos e disputas territoriais vivenciadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras identificadas no curso do Rio São Francisco e no litoral baiano.

QUADRO 1. PRINCIPAIS CONFLITOS E DISPUTAS TERRITORIAIS EXISTENTES NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS IDENTIFICADAS NO CURSO DO RIO SÃO FRANCISCO E NO LITORAL BAIANO, 2015

| LOCAL             | CONFLITOS E DISPUTAS TERRITORIAIS  |
|-------------------|--|
| Rio São Francisco | Energia eólica, cercas nas águas, contaminação química das águas, esgotamento sanitário, barragens, destruição das matas ciliares, queimadas, assoreamento do rio, conflitos fundiários, privatização das águas, contaminação da água para consumo, piscicultura, turismo, agronegócio, agrotóxicos, especulação imobiliária, mineração, etc.  |
| Litoral           | Barragens, aquicultura (carcinicultura e piscicultura), monocultura do eucalipto, turismo, conflito fundiário, monocultura do bambuzal, termoeletrica, portos, cercas nas águas, restrição das áreas de pesca, privatização das ilhas, ilhotes e coroas, desmatamento das matas ciliares e queimadas, aterramento das nascentes, estaleiros, hidroelétricas, mineração, cerca no mangue, ocupação de território quilombola, ocupação de Resex, fechamento de escolas, suspensão de aulas e realocação dos alunos, poluição sonora, poluição do ar, especulação imobiliária, agronegócio, agrotóxicos, contaminação química das águas, manguezais, contaminação dos pescados, retirada de areia da praia, dragagem, aterramento de mangue, refinarias, poços da Petrobrás, gasoduto (exploração petróleo e gás) inserção de indústrias petroquímicas e automobilistas, etc. |

Fonte: MPP; 2014; CPP, 2016; pesquisa de campo, 2015, 2016, 2017.

Para a coleta dos dados, além da utilização do levantamento apresentado pelo CPP (2016), foram realizadas nos últimos quatro anos, vinte oficinas com a participação entre 30 a 100 pescadores e agentes do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) do litoral do estado e da região do São Francisco. A maioria das oficinas ocorreu durante as reuniões realizadas pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), com exceção de seis que foram organizadas pelo GeografAR e alguns grupos parceiros (Costeiros e Marsol).

O Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/POSGEO/CNPq) vem, desde 1996, desenvolvendo as suas pesquisas apoiado pelo CNPq, tendo como proposta principal, analisar o processo de (re)produção do espaço geográfico no campo baiano, em suas distintas temporalidades, espacialidades e territorialidades. A destacar nesse processo, o diálogo e a parceria constante com os movimentos sociais. No caso do MPP, tal parceria teve início no ano 2009 e, desde então, temos desenvolvido inúmeras ações conjuntas: mapeamentos, oficinas, seminários, palestras, projetos de

pesquisa e extensão, produção de cartilhas, relatórios, dissertações, entre outros. Uma das atividades em desenvolvimento, conforme citado é a identificação e espacialização das comunidades tradicionais pesqueiras existentes no estado, no qual a autora deste artigo, enquanto pesquisadora do grupo é uma das responsáveis.

O Grupo de Pesquisa Costeiros e o Programa/Projeto de Pesquisa e Extensão Maricultura Familiar Solidária (MARSOL), ambos cadastrados na Universidade Federal da Bahia (UFBA), são formados por pesquisadores de diversas áreas de conhecimento que se dedicam a análise e compreensão das diversas questões que envolvem a pesca artesanal no estado da Bahia e, especificamente nas comunidades tradicionais pesqueiras.

Para as oficinas, foram utilizados os seguintes procedimentos: i) linha do tempo; ii) discussão sobre cartografia e análise de mapas temáticos; iii) construção de mapas mentais; iv) escolha de bases cartográficas e identificação e caracterização dos conflitos nestas; v) tabulação dos dados e construção da versão inicial dos mapas; vi) discussão e ajustes da versão inicial; e vii) socialização e entrega do produto final.

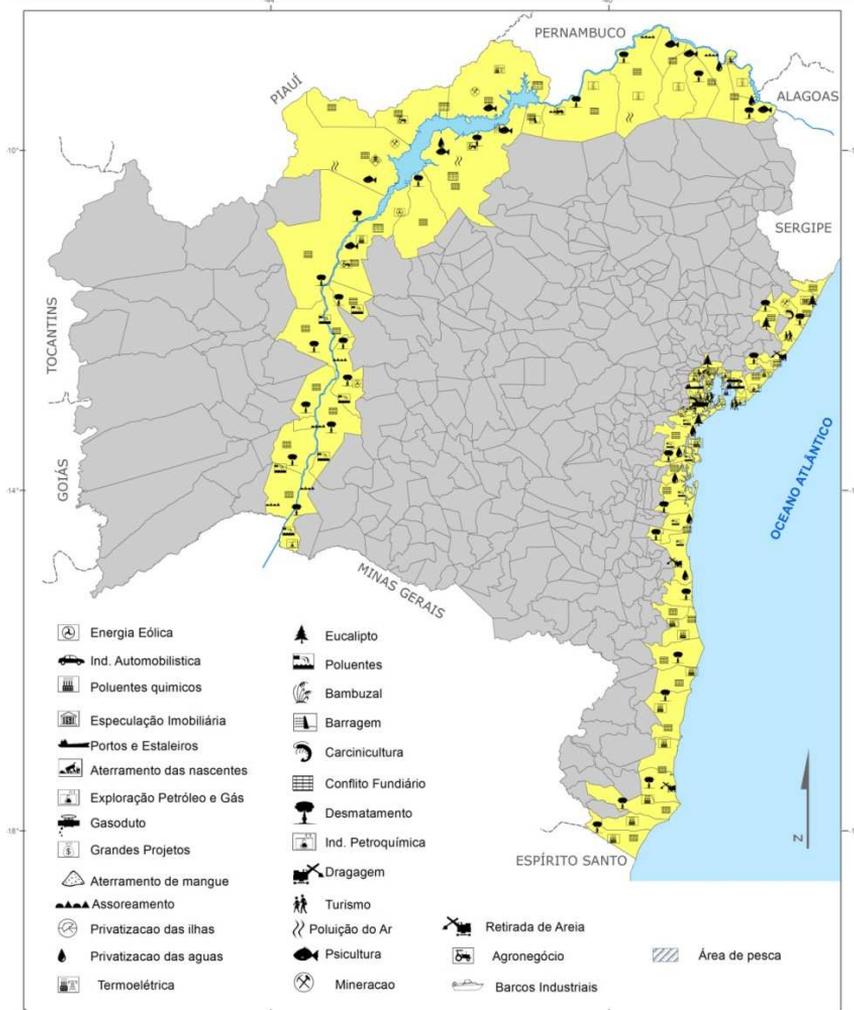
Na Figura 3, é possível observar que na maioria dos espaços onde há comunidades pesqueiras identificadas – considerando o litoral e o curso do Rio São Francisco – há também uma variedade de conflitos e disputas territoriais identificadas.

Cabe destacar que, no momento em que há a inserção de um desses empreendimentos nos espaços que compõem os territórios pesqueiros, há conjuntamente, a inserção de novas formas e funções que fogem ao controle das comunidades ali existentes. Passam a ocorrer, então, disputas pelo uso, apropriação e controle do território.

Como esses empreendimentos, em sua maioria, estão ligados a forças locais, estaduais, nacionais e/ou até mesmo internacionais, as disputas acabam ocorrendo de maneira desproporcional, levando à expulsão dessas comunidades de seu território e/ou a modificação destes.

Na região do rio São Francisco, destacamos principalmente a intensificação das atividades de mineração, a expansão da agricultura irrigada e os impactos das barragens. A destruição dos recursos naturais, a contaminação dos mananciais de águas e dos pescados, a contaminação de pessoas por metais pesados e a privação de espaços são algumas consequências da atividade da mineração.

FIGURA 3 – MAPA DOS PRINCIPAIS CONFLITOS E DISPUTAS TERRITORIAIS IDENTIFICADAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS DO LITORAL E DO RIO SÃO FRANCISCO, 2016



Fonte: MPP, 2016; CPP, 2016.

Conflitos fundiários, apropriação privada do rio, consumo excessivo de água, contaminação das águas e do solo com agrotóxicos são conseqüências decorrentes da expansão da agricultura irrigada.

No que se refere aos impactos das barragens, cabe destacar que existem sete hidrelétricas instaladas em todo o curso do rio São Francisco (abrange outros estados, além da Bahia). Para implantação destas, milhares de famílias que integram comunidades tradicionais foram atingidas. Inúmeras comunidades ribeiri-

nhas já tiveram suas áreas de pesca reduzidas e/ou comprometidas. Segundo Pacheco:

As barragens e hidrelétricas alteram o modo de vida das comunidades tradicionais e camponesas. Ao retirarem a população ribeirinha de seu território, destroem a cultura e o direito dessas comunidades, alterando as suas condições de produção e impedindo a sua reprodução social. Alteram os processos ecológicos e impactam a continuidade da existência de espécies, principalmente dos peixes, impactando fundamentalmente a vida de milhares de pescadores e pescadoras artesanais que passam a viver em condições de miséria (Pacheco, 2014: 99).

A cada dia, observa-se também o crescente processo de assoreamento do rio, a poluição doméstica, industrial, mineraria e agrícola (decorrente do lançamento de esgotos urbanos e industriais sem tratamento, diretamente no rio), a privatização das águas, os conflitos por terra, a perspectiva de novos parques eólicos e vários outros projetos do Estado, em parceria com empresas nacionais e multinacionais.

Nós camponeses e camponesas, pescadores e pescadoras artesanais [...] do São Francisco, movimentos sociais e pastorais, decidimos “Virar Hoje Carranca, pra Defender o Velho Chico”. Constatamos indignados nos últimos dez anos, a morte gradativa do Velho Chico. Por causa das barragens hidrelétricas, vimos muitas espécies de peixes desaparecerem, diminuir em tamanho e qualidade [...] o Cerrado e a Caatinga serem brutalmente desmatados e as matas ciliares desaparecerem para dar lugar aos grandes empreendimentos (turísticos, grandes irrigações, especulação imobiliária, mineração...) e ações privatistas das terras de beira rio que vem impedindo os pescadores artesanais de terem acesso às águas, ilhas, lagoas e manguezais [...] a terra e a água sendo contaminadas por altos índices de agrotóxicos e adubos químicos, empreendidos pelo agronegócio devastador [...] as Cidades e povoados, continuarem jogando lixo e esgotos no Rio São Francisco [...] a baixa vazão vem provocando altos índices de poluição (Carta do Povo do Rio, 2015).

Cabe destacar que, um dos problemas que mais tem preocupado as comunidades ribeirinhas refere-se à privatização dos corpos d’água, conforme trecho da carta do MPP apresentada anteriormente. Nos últimos anos, o extinto MPA publicou pelo menos sete editais de autorização/cessão de uso de espaços físicos e corpo d’água de domínio da União na modalidade de área aquícola, a exemplo do Edital de Concorrência nº 12/2013, abrangendo áreas dos estados de Bahia e Pernambuco.

Na Bahia, as áreas aquícolas para cessão estavam divididas em: 1 área de 0,43 hectare para cultivo de ostra nativa (*Crassostrea rhizophorae*) na Baía de Todos os Santos e 6 áreas na região do Rio São Francisco, para produção da espécie tilápia (*Oreochromis niloticus*) totalizando aproximadamente 7,5 hectares.

De acordo com as comunidades ribeirinhas, o objetivo do extinto MPA sempre foi a industrialização da pesca e a expansão da aquicultura. A cada edital, novas áreas do rio são privatizadas, impedindo o acesso de inúmeros pesca-

dores as suas áreas de captura. Não obstante, estas denunciam que no desenvolvimento da piscicultura são utilizadas rações e outros produtos que acabam “contaminando” o rio e interferindo na dinâmica natural de reprodução e alimentação das espécies.

FIGURA 4. ALGUNS EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS INSERIDOS NOS TERRITÓRIOS PESQUEIROS (A. PORTO DE ARATU; B. BASE NAVAL; C. ESTALEIROS; D. MOINHO DIAS BRANCO - ALIMENTÍCIA; E. POÇOS DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO; F E G. VIVEIROS DE CAMARÃO – CARCINICULTURA; H. REFINARIA LANDULPHO ALVES; I. FAZENDAS DE CARCINICULTURA).



Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

A contradição inicia-se no momento em que o extinto MPA (antigo órgão gestor da atividade pesqueira no país) toma como objetivo explícito o desenvolvimento da aquicultura em detrimento da pesca artesanal. Fato comprovado quando observamos que os espaços contidos nos editais para cessão d’água, muitas vezes são os mesmos que compõem os territórios das comunidades tradicionais ribeirinhas, que de acordo com dados do MPP (2015), totalizam mais de 130 comunidades identificadas. Esses editais, em sua maioria, são construídos sem nenhuma consulta as comunidades e sem nenhum plano de desenvolvimento sustentável em conjunto com as atividades ali desenvolvidas.

No momento em que “privatiza-se” uma parte do rio, há conseqüentemente a redução e/ou modificação do território pesqueiro, comprometendo direta/indiretamente o desenvolvimento da pesca artesanal. Mesmo tendo ciência do fato, o MPA continuou até a sua extinção, comum a política de fomento à aquicultura em detrimento da pesca artesanal.

Quanto aos órgãos ambientais destacamos, principalmente, a ineficácia das leis existentes e/ou falta de fiscalização. Uma vez que se observa a frequente inserção de empreendimentos industriais em áreas de uso das comunidades tradicionais sem maiores “exigências” aos proprietários.

No caso do litoral baiano, conforme apresentado no Quadro 1 e na Figura 3, as contradições existentes são ainda maiores. Trata-se de aproximadamente 1.181 km, com importantes baías, enseadas, áreas de manguezais e cerca de 470 comunidades tradicionais pesqueiras identificadas. Assim como na região do Rio São Francisco, na maioria dessas comunidades, também há registros de conflitos com o poder público e/ou privado.

Cabe destacar que, historicamente, o litoral baiano se tornou o espaço de grande interesse do capital. Isso devido, à conjuntura política de constante incentivo a expansão industrial no estado, nos diversos setores (aquicultura, portuário, turístico, petroquímico, metalúrgico etc.) e em especial nas zonas costeiras.

Como consequência dessa valorização e expansão industrial no litoral, inúmeras comunidades pesqueiras foram expulsas de seus territórios ou tiveram estes modificados e/ou comprometidos. Muitos dos conflitos existentes estão relacionados “à destruição, poluição ou impedimento do acesso das comunidades tradicionais às águas e aos seus territórios, devido à ação de fazendeiros, empresas ou mesmo de governos nas esferas municipal, estadual e, principalmente, federal” (Pacheco, 2013: 101).

Não obstante os empreendimentos já existentes, a cada dia novos projetos são pensados, aprovados e implementados, a destacar os monocultivos de eucalipto que se expandem em diversas áreas do litoral, contaminando a terra e as águas com os agrotóxicos; os inúmeros projetos aquícolas, em especial a carcinicultura e piscicultura (cessão de águas), que privatizam espaços terrestres e marítimos, além de provocar inúmeras outras modificações nos territórios pesqueiros; a ampliação de portos e a criação de estaleiros, com a realização de dragagens, destruindo corais, ocasionando a mortandade de espécies e impedindo o acesso dos pescadores às suas áreas de captura; a inserção de indústrias químicas, contaminando o ar, as águas, os pescados e as comunidades; o turis-

mo e a especulação imobiliária, ocasionando a privatização de ilhas, ilhotes; o agronegócio e os fazendeiros, ocasionando inúmeros conflitos fundiários.

No momento em que esses empreendimentos são instalados nas áreas de uso das comunidades tradicionais pesqueiras, são observadas também consequências como: desmatamento de extensas áreas de manguezais, redução das áreas de mariscagem, redução e mortandade das espécies capturadas, modificação/restrrição dos caminhos percorridos pelos pescadores (as) até suas áreas de captura, mudanças na dinâmica natural do ecossistema, etc. Estas, por sua vez, vão “interferir” direta/indiretamente no desenvolvimento social, econômico e cultural das famílias ali existentes, além de contribuir para a descaracterização do território tradicional pesqueiro. É no âmbito dessas disputas políticas, entre pescadores e empresários, pela apropriação, uso e controle do território, que emergem as disputas territoriais.

Durante décadas, a atividade da pesca artesanal tem sido intensamente invisibilizada e, com isso, o capital, através do próprio Estado, de empresas privadas (nacionais e internacionais) e/ou particulares tem ocupado e degradado os territórios pesqueiros, num ritmo cada vez mais crescente.

Cabe destacar ainda, que apesar destes empreendimentos e as disputas territoriais estarem presentes em quase todas as comunidades pesqueiras do Estado, há alguns pontos de intensa concentração, a exemplo do litoral baiano e, neste, da Baía de Todos os Santos (BTS). Das 472 comunidades pesqueiras identificadas no litoral baiano, mais de 200 pertencem ao setor Baía de Todos os Santos/Recôncavo, lugar também, reconhecido pelos inúmeros conflitos existentes (MPP, 2015). A BTS tem sido historicamente o palco de grandes investimentos do Estado, nos mais diversos setores industriais, estes que têm sido inseridos nos espaços quem integra os territórios pesqueiros.

Outra característica importante no que tange às disputas territoriais existentes nas comunidades pesqueiras do litoral do Estado e da BTS é que muitas destas se dão em espaços já “demarcados ou em processo de demarcação” como território quilombola, Resex etc. Muitas comunidades, além de serem consideradas enquanto comunidades tradicionais pesqueiras, também se reconhecem enquanto quilombolas. Algumas, já são certificadas pela Fundação Cultural Palmares e encontram-se em processo de tramitação da regularização do seu território quilombola, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Fato que torna ainda mais complexo o quadro de disputas territoriais existentes, isto porque, com a certificação e titulação de um território qui-

lombola, não é mais permitido (ao menos, não deveria ser) a ocupação deste por atividades externas a comunidade.

Entretanto, o que se tem observado nos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) é que estes não abarcam a multiplicidade dos espaços ocupados pelas comunidades pesqueiras para o desenvolvimento de suas atividades. As “lacunas” deixadas na demarcação territorial acabam ameaçando/comprometendo diretamente a reprodução socioeconômica dessas comunidades.

Tais fatos, aliados a uma conjuntura política de constante incentivo à expansão industrial no país nos diversos setores (aquicultura, portuário, turístico, petroquímico, metalúrgico etc.), e em especial nas zonas costeiras ribeirinhas têm feito com que as políticas públicas busquem privilegiar os grandes empreendimentos que têm sido inseridos nos territórios pesqueiros.

É frente a esse cenário – de contradições, conflitos, invisibilidade e inexistência/ineficácia dos instrumentos legais – que as comunidades tradicionais pesqueiras têm buscado a partir do MPP e com o apoio dos parceiros resistir e construir estratégias de garantia de seus direitos e defesa de seu território. Em especial, porque os projetos planejados pelo Estado para a região nos próximos anos (eólicas, mineração, turismo, piscicultura, indústrias químicas, petroquímicas, portos, estaleiros, etc.), seguem em sua práxis a mesma lógica concentradora e excludente, que nega a existência e os direitos das comunidades e impacta diretamente no desenvolvimento de suas atividades.

Durante os últimos anos, os pescadores baianos organizaram e/ou participaram de diversas ações, a destacar: i) passeatas e ocupações em alguns empreendimentos existentes na BTS; ii) ocupações de órgãos públicos em Salvador e Brasília; iii) seminários locais, estaduais e nacionais; iv) audiências públicas nas comunidades; v) grupos de estudo e discussão com pesquisadores de distintas Universidades e áreas do conhecimento; vi) cartas de manifesto; vii) denúncias em programas de rádio, TV e sites locais, nacionais e internacionais; viii) participação em eventos científicos na Bahia e outros estados do país; ix) reuniões com diversos órgãos públicos: MPA, MAPA, MDIC, INCRA, SPU, IBAMA, INSS, Ministério Público (MP) etc.; x) discussões com representantes das indústrias presentes na BTS; xi) mapeamentos sociais temáticos; xii) estudos ambientais; xiii) filmes e documentários; xiv) cursos de formação de lideranças, etc.

Essas ações, além de demonstrarem a resistência das comunidades frente aos diversos conflitos vivenciados, reafirmam a necessidade de compreender a importância e as especificidades que envolvem as comunidades pesqueiras baianas e seus territórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal é compreendida enquanto uma atividade praticada pelos pescadores artesanais, com a função de assegurar a reprodução do seu modo de vida, que possui características culturais, econômicas, ambientais e sociais específicas. Para os pescadores artesanais baianos, a pesca representa muito mais do que uma profissão; trata-se de uma arte (ofício) que, além de prover o alimento e, através da comercialização, os demais recursos necessários à sua sobrevivência, carrega diversos significados, sentimentos e laços de identidade, pertencimento e, principalmente, respeito, pelos diversos espaços historicamente apropriados. O território pesqueiro, portanto, deve ser compreendido como uma articulação de vários territórios – materiais e imateriais – cujos pescadores necessitam do livre acesso e das condições necessárias para o desenvolvimento de suas atividades de pesca e de vida.

No estado da Bahia, observa-se no decorrer dos séculos que a pesca artesanal nunca foi pensada, planejada e/ou priorizada na gestão do Estado. Pelo contrário, durante décadas, esta tem sido intensamente invisibilizada e, com isso, o capital, através do próprio Estado, de empresas privadas (nacionais e internacionais) e/ou particulares tem ocupado e degradado os territórios pesqueiros, num ritmo cada vez mais crescente.

Nota-se que, o conjunto de atividades desenvolvidas e planejadas nas áreas litorâneas e ribeirinhas tem colocado as comunidades tradicionais pesqueiras, num cenário cada vez mais crítico e ameaçador. A inserção dos diversos empreendimentos tem imposto as comunidades uma dinâmica de uso e controle do espaço que, além de negar as suas especificidades, provoca a degradação massiva do meio ambiente, interferindo diretamente no desenvolvimento de suas atividades. É desse cenário que emergem as principais disputas e conflitos territoriais vivenciados pelos pescadores e pescadoras do Estado e, também são construídas as ações de resistência.

## BIBLIOGRAFIA

- Bahia Pesca. (2013). *Dados da atividade pesqueira no estado da Bahia*. Salvador: Bahia Pesca.
- Bahia Pesca. (2015). *Atividade Pesqueira na Bahia*. Salvador: Bahia Pesca. Disponível em <http://www.bahiapesca.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>.
- Cardoso, E. S. (2003). Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. *GE- OUSP- Espaço e tempo*, (14), pp. 119-125.

- Carta do Povo do Rio. (2015). *Eu viro carranca hoje, pra defender o Velho Chico*. Disponível em <http://consciencia.net/carta-do-povo-do-rio-eu-viro-carranca-hoje-para-defender-o-velho-chico/>.
- CPP (2016). *Conflitos Socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil*. Brasília: Conselho Pastoral dos Pescadores.
- CPT (2014). *Dados estatísticos - conflitos no campo 2012 e 2013*. Bahia: Comissão Pastoral da Terra.
- Diegues, A. C. (1983). *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ática.
- Maldonado, S. C. (1986). *Pescadores do Mar*. São Paulo: Ática.
- MPA (2013). *Dados do Registro Geral da Pesca – Pescadores, Embarcações, Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas*. Salvador: Ministério da Pesca e Aquicultura.
- MPA (2014). *Dados do Registro Geral da Pesca – Pescadores, Embarcações, Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas*. Salvador: Ministério da Pesca e Aquicultura.
- MPA (2015). *Dados do Registro Geral da Pesca – Pescadores, Embarcações, Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas*. Salvador: Ministério da Pesca e Aquicultura.
- MPA. (2016). *Dados do Registro Geral da Pesca – Pescadores, Embarcações, Colônias, Associações, Sindicatos e Cooperativas*. Salvador: Ministério da Pesca e Aquicultura.
- MPP (2012). *Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras*. Folder de Divulgação. [S. l.]: Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais.
- MPP. (2013a). Nota de indignação frente à explosão de um navio estrangeiro carregado de gases tóxicos, no Porto de Aratu, na Bahia. Disponível em <https://atitudecomunicacao-bahia.wordpress.com/2013/12/>.
- MPP (2013b). Repúdio à Privatização das águas públicas dos mares e águas doces – Carta dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Disponível em <http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com/2013/08/repudio-privatizacao-das-aguas-publicas.html>.
- MPP (2015). *Disputas e conflitos territoriais nos territórios pesqueiros*. Salvador: Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais.
- MPP, et al. (2013). *Carta do seminário estadual terra, território, soberania alimentar: semeando unidade, colhendo liberdade!* Disponível em <https://geografar.ufba.br/carta-do-seminario-estadual-terra-territorio-soberania-alimentar-semeando-unidade-colhendo-liberdade>.
- Identidade e Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras (2013) In: Cartilha - Trabalho de Base da Campanha Pelo Território Pesqueiro. *Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais*. MPP. Pernambuco.
- Pacheco, M. J. H. (2014). Conflitos pela Água: privatização dos bens comuns, ameaça a vida. Em CPT, *Conflitos no Campo – Brasil 2013* (pp. 97-103). Goiânia: Comissão Pastoral da Terra.
- Queiroz, A. F. de S., Celino, J. J. (2008). Manguezais e Ecossistemas estuarinos na Baía de Todos os Santos, pp. 39-58. Em Queiroz, A. F. de S., Celino, J.J. (eds.), *Avaliação de ambientes na Baía de Todos os Santos: aspectos geoquímicos, geofísicos e biológicos*. Salvador: PROAMB.
- Ramos, S. (2002). *Manguezais da Bahia: breves considerações*. Ilhéus: Editus.
- Silva, L. G. (1988). *Os pescadores na história no Brasil*. Recife: Vozes.

